



**ATA N.º 29**  
**MANDATO 2013/2017**

Aos vinte e sete dias do mês de outubro do ano dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, no salão Nobre da Câmara Municipal de Valongo, realizou-se uma da sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Valongo, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

1. Intervenção do público. -----

ORDEM DO DIA -----

1. DISCUTIR E VOTAR PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE: -----

1.1 Acordos de colaboração para a requalificação e modernização das instalações das escolas Básica e Secundária de Ermesinde e Secundária de Valongo; -----

1.2 Criação do sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do grande Porto e constituição da sociedade anónima concessionária do mesmo. -----

Estavam presentes trinta e um elementos, cujos nomes constam da lista de presenças com as respetivas rubricas. Presentes, também, o Senhor Presidente da Câmara José Manuel Pereira Ribeiro, os Senhores Vereadores, José Augusto Sobral Pires, Luísa Maria Correia de Oliveira, Orlando Gaspar Rodrigues, Maria da Trindade Morgado do Vale, Hélio Fernando da Silva Rebelo, Ana Isabel Loureiro Pereira e Adriano Soares Ribeiro. -----

Verificou-se as substituições ao abrigo do art.º 78º da lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, dos Membros da Assembleia Municipal Albino da Silva Martins Poças, César Augusto de Oliveira Ferreira, Daniel Filipe Alves Felgueiras, Henrique Jorge Campos Cunha, Nuno Miguel Borges Pinheiro Cardoso, Rosa Maria Sousa Martins Rocha e Sónia Alexandra Ferreira da Silva e Sousa, tendo sido substituídos, respetivamente, por Tiago Filipe Ramalho Teixeira, Cátia Andreia Campos Teles, Paulo Fernando Pires Basto, José Eduardo Brandão Pereira, Narciso Joaquim Pereira de Moura, Rui Alexandre Sevola Abreu e Joana Catarina Martins Machado. -----

Verificou-se a falta do Membro António César Ribeiro Ferreira, por imprevisto de última hora, não tendo sido substituídos, sendo a falta justificada. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu início à reunião.-----

O Senhor **Primeiro Secretário Joaquim Jerónimo Pereira** procedeu à chamada dos Membros da Assembleia Municipal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, deu a palavra aos Múncipes que pretendessem intervir. -----

O Senhor **Munícipe, Marco Alexandre Marinho**, na qualidade representante da Escola Básica Vallis Longus, disse que as instalações estão muito degradadas, a escola tem mais de 30 anos, e para grande surpresa num Acordo agora celebrado entre a Câmara e o Estado ao abrigo do Portugal 2020, viram que a Escola Básica Vallis Longus ficou excluída desse acordo. -----  
É intenção deles confrontar o Ministério de Educação, a DGEST, sobre a não inclusão da escola, e querem perceber, e ter a certeza, de que a Autarquia tudo fez para que a escola fosse contemplada, bem como se está do lado deles. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que a Câmara está do lado de todos os agrupamentos, em particular o Vallis Longus. -----

Disse de seguida que em todas as missivas enviadas aos vários Membros do Governo nunca deixaram de referir a Escola E.B. 2.3 de Valongo. -----

Quando a CCDR pediu às Câmaras para indicarem as prioridades de investimento, solicitaram uma reunião com as direções dos agrupamentos para definir as prioridades. -----

As escolhas foram conduzidas pela DGEST, a mesma DGEST que anos antes publicou em Diário da República que ia gastar dinheiro, que depois não gastou. -----

O mapeamento como foi colocado aos autarcas não contém só escolas, tem os centros de saúde, no caso de Valongo o Centro de Saúde de Alfena e de Campo, que são prioridades; o mapeamento foi colocado à consideração dos autarcas em pacote, e mereceu as suas críticas, foi votado e aprovado.

Disse de seguida que o Governo fez um desafio às câmaras municipais, para se quisessem, que tinham condições para partilharem o esforço da comparticipação nacional com o Governo, no processo mas, nem sequer foram convocados para nenhuma reunião. -----

Pediram uma audiência ao Senhor Ministro, que os recebeu, e reconheceu que são intervenções de primeira fase, assim como falaram na Escola Vallis Longus, e o que lhes foi dito é que de momento o que estava a ser discutido era o mapeamento. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto **1.1- Acordos de colaboração para a requalificação e modernização das instalações das escolas Básica e Secundária de Ermesinde e Secundária de Valongo.** -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PSD/PPM, Daniel Torres Gonçalves**, começou por dizer



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

que quem aprovou a lista de escolas a intervencionar não foi a DGEST, o Senhor Presidente referiu que foi o pacote que foi votado e aprovado mas não foi; quem aprovou as escolas a intervencionar foram os autarcas da Área Metropolitana do Porto. -----

O Senhor Presidente reconhece, como reconhecemos todos que é injusto, que há concelhos ao lado que estão com condições melhores e ainda assim conseguiram o financiamento mas, só há uma forma de interpretar isso, é que o Senhor Presidente estava com melhores argumentos para defender a sua posição e não o conseguiu fazer, porque a decisão foi política. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Valongo, Ivo Vale das Neves**, disse que é com muito agrado que votará a proposta do Acordo, ficaram de fora as duas escolas da freguesia de Valongo que necessitam de ser intervencionadas, mas tem a obrigação de ser solidário com os seus colegas das outras freguesias, com a recuperação da Escola de Ermesinde com a qual concorda, e que já devia ter sido feita. -----

A intervenção da Escola Vallis Longus e da Secundária de Valongo já deviam ter sido feita em 2010, principalmente a Vallis Longus quando foi publicada o concurso para a realização das obras. -----  
Disse de seguida que é preferível um mau acordo a não terem Acordo nenhum. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, Luís Miguel Mendes Ramalho**, disse que é a Área Metropolitana do Porto quem decide a distribuição dos fundos, Gaia viu os 3 milhões crescerem para 6 milhões, eles veem os 4 milhões repartidos em 3,9 milhões mais 100 mil, supostamente para inscrever em PIDDAC, e depois a culpa é o Senhor que está sentado na DGEST que só teve a responsabilidade de apresentar a primeira proposta. -----

Está na altura de virarem a página, toda a gente cometeu erros, o PS com a criação da Parque Escolar e a sua gestão danosa, que os levaram à situação de hoje querer cadeiras de plástico para pôr na Escola Secundária de Ermesinde, na Escola Secundária de Valongo e na Vallis Longus e não têm. -----

De seguida, deu os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara, concorda com a o Membro Ivo Neves quando este diz que é preferível um mau acordo do que acordo nenhum, porque o braço de ferro que estava a ser feito com o Ministério da Educação, e com quem vai financiar as obras, punha em risco de ficarem sem acordo nenhum; no braço de ferro a corda foi esticada, e muito bem, deixaram de a esticar antes de ela partir. -----

Ficou feliz com o investimento canalizado para as obras, alerta para haver cuidado com a primeira fase; pode ser música para os ouvidos em ano de autárquicas, receia que seja um engodo para que as obras fiquem a meio e depois aconteça o que aconteceu em algumas escolas intervencionadas pela



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Parque Escolar que ficaram a meio e nem escola nova nem escola velha. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal da CDU, Adelino Joaquim Machado Soares**, fez a leitura de uma **Tomada de Posição** que se anexa à presente ata como **Doc.1**, cujo teor se transcreve: -----

*“Abordar a situação das escolas secundárias de Ermesinde e de Valongo implica necessariamente referir situações de comunidades educativas vítimas de opções de desinvestimento ao longo de muitos anos que resultam de opções políticas tomadas por sucessivos governos PS e PSD/CDS. A situação a que se chegou tem responsáveis, que não podem deixar de ser referidos. Seria muito grave que os partidos que fizeram com que se tivesse chegado a esta situação tentassem passar “entre os pingos da chuva sem se molhar”, sem assumir as suas responsabilidades. -----*

*Ao longo de anos o PCP interveio política e institucionalmente em torno destas escolas. Para além da intervenção dos órgãos autárquicos, na Assembleia da República apresentou propostas de dotação de verbas em sede de Orçamentos do Estado, apresentou Projetos de Resoluções e elaborou perguntas a vários governos. Por decisão de PS, PSD e CDS estas propostas do PCP não foram aprovadas. -----*

*Um breve enquadramento: -----*

*A Escola Secundária de Ermesinde é um dos maiores estabelecimentos de ensino do grande Porto, contando, no ano letivo de 2016/2017, com cerca de 1527 alunos, 145 Professores, 14 Assistentes Técnicos, 35 Assistentes Operacionais. -----*

*A Escola Secundária de Ermesinde é sede do Agrupamento de Escolas de Ermesinde, do qual faz parte a Escola EB 2,3 D. António Ferreira Gomes e as escolas EB 1 e Jardins de Infância de Sampaio, da Gandra e da Bela, sendo que, no total do agrupamento, existem 114 turmas, com cerca de 2500 alunos, 195 Professores, 54 Assistentes Operacionais e 16 Assistentes Técnicos. -----*

*As atuais instalações desta escola têm mais de 30 anos, sendo que, neste período, não sofreram obras significativas de beneficiação, pelo contrário. As suas condições materiais apresentam evidentes e sérios problemas, a saber: -----*

*Para além do aspeto globalmente degradado, as salas de aulas encontram-se desadequadas (piso em mau estado, mobiliário deteriorado, poucas condições de isolamento térmico e de iluminação, estores ainda em lâmina metálica e janelas sem vidro ou caixilho duplo). -----*

*O equipamento informático é insuficiente e está tecnologicamente ultrapassado. Há carência de equipamentos de suporte às aulas. A Escola conta apenas com um quadro interativo! Acresce que a instalação elétrica está degradada e é deficiente para as necessidades exigidas. -----*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

*Por outro lado, há vários WC's sem as condições necessárias, os serviços administrativos estão a funcionar em espaços desadequados e os espaços e condições de trabalho dos professores, e da própria direção, não são apropriados, devido à sua exiguidade. -----*

*Por fim, o pavilhão desportivo, a placa de jogos e o piso exterior carecem de intervenção e há vários espaços da escola - cerca de 3000 metros - que contêm ainda fibrocimento. -----*

*Como é evidente, as condições cada vez mais precárias em que vem funcionando este estabelecimento escolar acarretam sérios prejuízos para a respetiva comunidade escolar. A título de exemplo, atente-se ao facto de, nos últimos anos, várias centenas de alunos terem pedido transferência para outras escolas por considerarem que estes têm melhores condições materiais. -----*

*A necessidade de profundas obras de requalificação da Escola Secundária de Ermesinde foi reconhecida por vários governos, quer de maioria PS, quer de maioria PSD/CDS, sem, no entanto, que tal se tenha ainda traduzido na concretização das mesmas. -----*

*Foi, aliás, esta profunda degradação das instalações escolares que determinou a inclusão desta Escola no programa de obras de modernização confiado à empresa Parque Escolar. Em 2010 foi decidido que, na escola, fosse feita uma intervenção de fundo, tendo sido concebido um projeto para permitir um concurso público para a conceção e execução de uma intervenção, sendo esta incluída na 3.ª fase da programação planeada pela empresa Parque Escolar. -----*

*Este projeto de requalificação da Escola Secundária de Ermesinde, concluído em dezembro de 2010, foi, recorde-se, delineado em total articulação entre os técnicos da empresa Parque Escolar, EPE e a Secundária de Ermesinde, e o seu custo estava estimado em cerca de 17 milhões de euros. -----*

*Em 2 de fevereiro de 2011, a Parque Escolar apresentou, publicamente, a toda a comunidade educativa, à Câmara Municipal de Valongo, à Junta de Freguesia de Ermesinde o projeto da nova Escola. Informou, ainda, que as obras iriam ter início na interrupção do Carnaval, pois seria aconselhável que a montagem dos estaleiros se fizesse sem alunos na escola. Posteriormente, anunciou o adiamento para a interrupção da Páscoa... Desde então, vive-se uma sequência de sucessivos adiamentos, que ainda não têm fim à vista. Na sequência das eleições legislativas de 2011 e da constituição do governo PSD/CDS, o processo de adjudicação da obra desta escola de Ermesinde - já em curso - foi anulado, tendo o então Ministro da Educação e Ciência comunicado à Direção da Escola Secundária de Ermesinde que a intervenção prevista estava suspensa, nada tendo antecipado quanto a intenções para resolver a deplorável situação das instalações escolares da Escola Secundária de Ermesinde. -----*

*Questionado, em fevereiro de 2012, através da pergunta escrita do PCP de 3 de fevereiro de 2012, o Ministério da Educação e Ciência respondeu, em 7 de Maio de 2012, que, quanto ao futuro das obras, tinha nomeado em 15 Março de 2012 novos membros para o Conselho de Administração da empresa*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

*Parque Escolar, EPE, com a incumbência de, entre outros aspetos, (...): b) elaborar uma revisão dos planos de investimento e de financiamento para o período 2012-2015, tendo em conta o atual contexto económico e financeiro do País (...); c) propor um plano de revisão dos projetos já elaborados relativos a intervenções que foram suspensas por orientação do MEC, em Agosto de 2011;(…)”. -----*

*Entretanto, em agosto de 2012, porventura na sequência desta última nomeação, e de acordo com informações que foram disponibilizadas ao PCP, a empresa Parque Escolar terá dirigido um ofício à Direção da Escola, informando da deslocação à Escola Secundária de Ermesinde de um técnico que estava incumbido de fazer o ponto de situação das 32 escolas que não tinham entrado na requalificação prevista no planeamento da empresa. -----*

*O facto é que, volvidos quase quatro anos desde a assunção, por parte do anterior Governo, do compromisso de apresentação de um projeto de requalificação revisto, surge, em meados de 2015, um mapeamento de escolas a ser requalificadas, provindo da CCDR – Norte, onde a Escola Secundária de Ermesinde é contemplada com uma verba de 4 milhões de euros, ou seja, menos de um quarto do financiamento inicialmente proposto e largamente insuficiente para as profundas necessidades apresentadas por esta escola. -----*

*Sendo esta situação, já de si, muito grave, torna-se ainda pior, tendo em conta que, nos últimos anos, mesmo a própria manutenção da escola tem sido posta em causa por, alegadamente, estarem a aguardar por uma requalificação mais profunda que tarda em chegar. Como supostamente iria ser requalificada, esta escola também não recebeu equipamentos que eram devidos no âmbito do PTE – Plano Tecnológico de Educação - cerca de 300 computadores, 50 projetores de vídeo e 17 quadros interativos.-----*

*Acresce, ainda, que nenhuma escola secundária do concelho de Valongo foi objeto de requalificação, ao contrário da maioria dos concelhos vizinhos, sendo este o maior fator que concorre para o aceleração da perda de alunos para outros estabelecimentos de ensino, público e privado. -----*

*A Escola Secundária de Valongo tem atualmente cerca de 200 professores, 50 assistentes operacionais, entre outros profissionais. -----*

*A Escola Secundária de Valongo é sede do Agrupamento de Escolas de Valongo, que envolve também a Escola Básica de Sobrado (2º e 3º ciclos) e as escolas EB 1 com Jardim de Infância da Balsa, de Campelo, Fijós e de Paço, em Sobrado. -----*

*As condições crescentemente precárias em que vem funcionando este estabelecimento escolar acarretam sérios prejuízos para a respetiva comunidade escolar. -----*

*Também nesta escola foram criadas legítimas expectativas na comunidade escolar com a assunção do compromisso por sucessivos governos de realizar obras de requalificação. -----*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

*Também nesta escola, a própria manutenção da escola tem sido posta em causa por alegadamente estarem a aguardar por processos de requalificação profunda. -----*

*A proposta atual: -----*

*Neste contexto, a mobilização das comunidades escolares e das forças sociais do Concelho de Valongo na defesa da superação destas situações, associada ao fato de PSD e CDS terem sido afastados do governo pela maioria dos portugueses, correspondeu a um importante elemento que não permitiu ao Ministério da Educação e à Câmara de Valongo uma atitude de indiferença e inoperância. A mobilização reivindicativa levou que até os representantes locais daqueles que nos órgãos de decisão determinavam sucessivos adiamentos do investimento, não tivessem outra alternativa que o reconhecimento da urgências da requalificação destes estabelecimentos. -----*

*A iniciativa de Cordão Humano em volta da Escola Secundária de Ermesinde, que teve lugar no dia 6 de junho de 2014, com a participação estimada de mais de duas mil pessoas, envolvendo toda a comunidade escolar e famílias, assim como representantes das forças sociais e das instituições locais, foi bem ilustrativa da determinação existente em continuar a lutar pelo cumprimento deste compromisso assumido por sucessivos governos. Note-se que esta iniciativa de luta não foi a primeira nem a última iniciativa à volta deste problema, sendo que, ao longo dos anos, e desde então, já outras tiveram lugar em torno da defesa de medidas que dotassem a escolas de melhores condições. Outras ações também tiveram lugar em defesa da requalificação da Escola Secundária de Valongo. -----*

*A proposta em apreço corresponde ao reconhecimento da urgência de requalificação destas escolas, o que representa um avanço em relação à situação existente, mas é manifestamente insuficiente e comporta até conteúdos questionáveis, nomeadamente: -----*

*Os montantes referidos, quer para a escola de Ermesinde, quer para a escola de Valongo, são manifestamente insuficientes para dar uma resposta cabal a todas as necessidades de investimento que estes estabelecimentos precisam. 100 mil euros servirá para muito pouco na Secundária de Valongo e mesmo os 3,9 milhões de euros referidos para a Secundária de Ermesinde estão bem longo do orçamento de 17 milhões que chegaram a constar de um projeto elaborado pela Parque Escolar. -----*

*A manutenção das escolas secundárias é uma competência da administração central e não da administração local. Não é justo nem razoável o Governo fazer depender um investimento tão necessária da compartição das autarquias, a quem não compete gerir estes estabelecimentos. O caminho de municipalizar quase tudo comporta sérios riscos. Tal é ainda mais óbvio no caso de câmaras municipais, como é o caso de Valongo, que se encontram com estrangimentos financeiros. Neste sentido, consideramos que a Câmara de Valongo deve reclamar que os montantes que irá investir neste processo sejam contabilizados e registados no sentido de mais tarde poder ser*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

*ressarcida de um dispêndio de verbas que, manifestamente, compete ao governo e à administração central. -----*

*É fundamental que todo este processo decorra daqui em diante com o envolvimento das comunidades educativas, que, segundo foi dito ao PCP, não tinham sido consultadas ou sequer formalmente informadas desta proposta. -----*

*A CDU – Coligação Democrática Unitária votará favoravelmente as propostas de protocolo entre a Câmara de Valongo e o Ministério da Educação apesar das fortes reservas que mantém em relação à insuficiência dos montantes envolvidos, à desresponsabilização da administração resultante da necessidade de comparticipação do Município no âmbito de uma responsabilidade que lhe é alheia, assim como à ausência de envolvimento das comunidades educativas na sua elaboração, na medida que considera que a situação de acentuada degradação que estes estabelecimentos de ensino chegaram não comporta mais adiamentos no investimento.” -----*

A Senhora **Membro do grupo Municipal do PS, Cátia Sofia Andrade Gonçalves Lima**, disse que o Grupo Municipal do PS votará favoravelmente a proposta, porque considera que na atual conjuntura existe a possibilidade de um bom Acordo, porque na possibilidade de ficarem com 3,9 milhões para Ermesinde e 100 mil para Valongo poderiam não ter mais; no Acordo de um segundo investimento, teremos a garantia de ter nova intervenção. -----

Estão sensíveis à realidade das outras escolas, nomeadamente a Escola E.B. 2.3 Vallis Longus, uma escola com necessidades óbvias, e todos gostariam de ver as escolas do concelho em ótimas condições, e esperam todos que seja para um futuro próximo. -----

Disse que gostaria de questionar a intervenção do Membro Daniel Gonçalves porque efetivamente ele falou mas não perceberam muito bem o que é que foi dito: se o PSD está satisfeito com a intervenção no concelho ou se preferia que a intervenção não fosse feita, porque finalmente têm dinheiro no concelho para intervenção. -----

O Senhor **Membro Independente, Celestino Marques Neves**, disse que um Presidente de Câmara do PS não pode dizer publicamente que andou durante muito tempo e não foi ouvido, que não houve sequer um email. -----

Disse, ainda, que faltou empenho, porque havia uma comparticipação de 7,5%, e andou-se a empurrar porque a Câmara não queria entrar nessa comparticipação, e bem, mas perante a dura realidade acabou por ter que aceitar. -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Presidente de Câmara devia ter sido proactivo e devia mobilizar a população se fosse necessário para ir a Lisboa, uma representação da população escolar para ir a Lisboa falar com o Ministro da Educação, e não o fez, e agora cheira a pouco dizer que não foram ouvidos. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PSD/PPM, Daniel Torres Gonçalves**, disse que a posição do PSD, desde o início, era de assegurar os 4 milhões que era aquilo que era possível, e depois discutir aquilo que no futuro será possível. -----

Inclusive, foi aprovada uma Moção que dizia isso mesmo, na última sessão, foi proposta pelo PSD e aprovada pela Assembleia nomeadamente com o voto favorável do PS. -----

Não foi clara, isso sim, a posição do Senhor Presidente que se opôs; disse que não podia ser assim, e fez um pé de vento, e um finca pé porque não queria pagar os 7,5% e, a meio do caminho, arrependeu-se da estratégia que tinha tomado, voltou atrás e aceitou exatamente os mesmos termos; ou seja, e a questão é simples: o que é que ganharam com a gestão desastrosa do processo por parte do Senhor Presidente, arrastando o processo que já podia estar resolvido, criando angustia na comunidade escolar? -----

Agora há factos que não podem ser desmentidos, tinham 4 milhões para o concelho quando a dotação era de 36,5 milhões. Depois, a dotação quase dobrou passou para 60 milhões e Valongo continuou com 4 milhões e, o Município que precisava mais do que os vizinhos - que tem escolas que não são hotéis - quando a dotação dobrou, não conseguiu aumentar um cêntimo. -----

Por muito que o Senhor Presidente diga que foi uma decisão técnica, não foi uma decisão técnica, foi uma decisão política dos autarcas, cada um fez o seu papel, cada autarca estava a tentar puxar a brasa à sardinha, tentar defender os seus interesses, os outros conseguiram puxar a brasa à sua sardinha e o nosso não conseguiu. -----

A discussão é que têm a possibilidade de ter 4 milhões de euros no concelho, que não é suficiente, gostavam de ter mais e, sobretudo gostavam de ter tido um autarca que tivesse tido o peso político de, perante um Governo que até é da sua cor política, conseguisse trazer mais para o Município; não tendo sido possível então terão que ficar com isto. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do BE, Nuno António Dias Monteiro**, disse que o assunto é demasiado importante, está-se a alongar demasiado, mais um ano e a escola E.B. 2.3 de Valongo não tem obras, mais um ano e a Escola Secundária de Valongo não tem obras, são todos políticos, têm que fazer política, mas há momentos em que têm que pensar o que é melhor, é necessário fazer algo pois foi apenas um passo, e não há certezas em relação às obras. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PS, Diomar da Silva Ferreira dos Santos**, disse que quem não conheça a Assembleia chega à conclusão que o PSD tudo fez para resolver o problema da escola, a CDU tudo fez para resolver o problema da escola, o BE idem, o PS fez alguma coisa, a única pessoa que não fez rigorosamente nada foi o Presidente de Câmara; ele nunca ousaria acusar o Presidente Melo, ou Presidente João Paulo Baltazar de não terem feito nada para resolver o problema das escolas, quando era mais fácil resolver o problema das escolas. -----

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PSD/PPM, Daniel Torres Gonçalves**, disse aquilo que disse foi que a gestão do processo foi muito fraca, e acrescenta que se o Senhor Presidente não tivesse enveredado por esse caminho - de não negociar porque não queria pagar os 7,5% - teriam uma segurança jurídica quanto às obras que irão ser concretizadas muito maior do que a que têm. ---- Não fazem parte de um diploma legal, do qual fazem parte um conjunto dos outros municípios, por causa da gestão do Senhor Presidente; não se pense que a situação que têm é igual à situação que teriam se o Senhor Presidente não se tivesse recusado a assinar o Acordo anteriormente. É que, se assim tivesse sido faziam parte de um diploma legal, mas como têm um acordo com o Ministério da Educação, na sua opinião, tal acordo presta muito menores garantias do que um diploma legal. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que o despacho que saiu contém um conjunto de Câmaras que já acordaram com o Ministério, está para sair um despacho com mais um conjunto de Câmaras onde estará também a Câmara Municipal de Valongo. -----

Disse de seguida que ganharam uma questão muito simples: ganharam que o Estado - o Ministério da Educação - reconhece contratualmente que são intervenções de primeira fase, que são intervenções de carácter parcial, como está no objeto na cláusula primeiro que diz: *“A intervenção de modernização das instalações da Escola terá caráter parcial, considerando a pertinência de executar a verba consignada para este efeito no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Área Metropolitana do Porto, insuficiente para a requalificação e modernização integral deste estabelecimento de ensino; sem prejuízo de ficar definido em sede de projeto, desde já, um plano de trabalhos que preveja as fases de investimentos posteriores à agora acordada, a executar quadro comunitário vigente”*, pedido por ele nos dois Acordos. -----

Na cláusula sexta diz: *“O presente contrato produz efeitos a partir da data da sua assinatura e vigora até à receção das empreitadas previstas no âmbito das diversas fases referidas na Cláusula 1ª”*, também exigido por eles. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PSD/PPM, Daniel Torres Gonçalves**, disse que estudou a fundo o Acordo, e não encontrou nenhuma referência à segunda fase: nenhuma referência ao *valor* para a segunda fase, não encontrou referência ao *prazo* em que existirá uma segunda fase, e nem sequer um prazo *para ser discutida* uma segunda fase. -----

Na última Assembleia questionou o facto de Vila Nova de Gaia que tinha a Escola EB Costa Matos com 1 milhão no mapa da DGEST e passou para 2 milhões depois de discussão em sede da Área Metropolitana do Porto, a escola EB Sofia de Melo Breyner tinha 1 milhão no mapa da DGEST e depois de discussão em Área Metropolitana do Porto passou para 2 milhões, a Escola EB de Valadares no mapa da DGEST tinha 1 milhão e depois da discussão em sede da Área Metropolitana do Porto passou para 2 milhões, o Senhor Presidente poderia conseguir chegar aos 12 milhões mas, bastava ter conseguido o mesmo que Vila Nova de Gaia e chegaria aos 8 milhões. -----

O Senhor **Presidente da Câmara, José Manuel Pereira Ribeiro**, disse que a pergunta deveria ser feita à DGEST, pois da mesma forma que se não fosse colocada a escola do Senhor Diretor, os 2,5 milhões também somava e podia somar no concelho. -----

Disse que na cláusula primeira objeto do acordo diz: *“O presente Acordo de Colaboração define as condições de transferência para o Município das atribuições a que se refere o artigo 39.º da Portaria n.º 60-C/2015, de 2 de março, designadamente a elegibilidade, enquanto entidade beneficiária, para intervenções de requalificação e modernização das instalações da Escola Básica e Secundária de Ermesinde – 1.ª fase, doravante designada Escola, a executar no âmbito do Programa Operacional Regional NORTE 2020”*, o que significa que uma propriedade que não é deles tinham que ter ilegitimidade se não, não era aceite. -----

Depois tem o ponto único: *“A intervenção de modernização das instalações da Escola terá caráter parcial, considerando a pertinência de executar a verba consignada para este efeito no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Área Metropolitana do Porto, insuficiente para a requalificação e modernização integral deste estabelecimento de ensino; sem prejuízo de ficar definido em sede de projeto, desde já, um plano de trabalhos que preveja as fases de investimentos posteriores à agora acordada, a executar quadro comunitário vigente”*, todas as suas dúvidas estarão ali plasmadas. -----

O Senhor **Presidente de Junta da Freguesia de Ermesinde, Luís Miguel Mendes Ramalho**, disse que parece que estão todos tristes por avançarem as obras na escola. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

Todos sacodem a responsabilidade do capote, e quer o PS quer o PSD têm responsabilidade; o investimento só é possível porque na vigência do governo do PSD, a CCDR conseguiu que no mapeamento fossem libertadas verbas para as escolas. -----

Os 3,9 milhões são insuficientes, e aquilo para que apelou foi para que tivessem cuidado, todos assistiram a obras que ficaram a meio, e que as condições em que as escolas ficaram depois da intervenção da Parque Escolar foi bem pior. -----

Percebe as dúvidas, ele próprio as levantou; não conhece o plano de faseamento mas, sugeria que o plano de faseamento seja apresentado e aprovado na Assembleia, e o Ministério de Educação valide o plano de investimentos, pois já foram enganados muitas vezes. -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto **1.1 - Acordos de colaboração para a requalificação e modernização das instalações das escolas Básica e Secundária de Ermesinde e Secundária de Valongo**, sendo **aprovado por unanimidade**. ---

O Senhor **Membro do Grupo Municipal do PSD/PPM, Daniel Torres Gonçalves**, fez uma **Declaração de Voto** anexa à presente ata como **Doc.2**, cujo teor se transcreve: -----

*“A bancada municipal PPD-PSD/PPM não podia deixar de votar favoravelmente esta proposta, congratulando-se com o facto do executivo da Câmara Municipal, em particular o Senhor Presidente da Câmara, ter voltado atrás na posição que assumira quanto a esta questão. Na verdade, ao ceder à pressão exercida pelo PSD, o Senhor Presidente da Câmara veio prestar um bom serviço aos munícipes de Valongo, daí ter contado com o nosso voto favorável. De resto, o presente Acordo consubstancia a concretização da moção apresentada pelo PPD-PSD/PPM, aprovada por esta Assembleia na última sessão ordinária. Contudo, este momento não faz esquecer a gestão desastrosa deste dossiê até à data. -----*

*Tivesse o Senhor Presidente sido diligente na gestão desta questão e não teríamos que cá ter vindo hoje discutir esta matéria. Desde o primeiro momento que o PSD defendeu que deveria ter sido salvaguardado o financiamento conseguido, o que é feito com a proposta ora votada favoravelmente pela bancada PPD-PSD/PPM. Não obstante tratar-se de um valor manifestamente insuficiente, é obviamente melhor do que não ter qualquer financiamento. Assim sendo, concordamos com este Acordo celebrado entre a Câmara Municipal de Valongo e o Ministério da Educação. Assegurado este financiamento, haverá que fazer o melhor possível com ele e procurar a posteriori encontrar novas fontes de financiamento. -----*

*Não esquecemos, porém, que os valores em causa são manifestamente insuficientes devido à incapacidade negocial do Senhor Presidente da Câmara. Ao contrário do que foi conseguido por*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO

*outras autarquias, Valongo não conseguiu impor as suas necessidades – que são, como todos reconhecemos, superiores às de outros municípios. Por um lado, não conseguiu passar do valor de quatro milhões de euros. Por outro lado, não conseguiu passar desse valor mesmo quando a dotação total do financiamento passou de trinta e seis milhões e meio de euros para sessenta milhões de euros. -----*

*Depois, notamos que o grande cavalo de batalha do Senhor Presidente prendia-se com a recusa em pagar os 7,5% do valor do financiamento. A verdade é que o Acordo ora votado continua a prever tal pagamento. Ou seja, o Senhor Presidente amou, disse que não assinava, e acabou por assinar nas exatas condições que poderia ter feito desde o início. Neste cenário, ao menos, ter-nos-ia poupado, a nós e à comunidade escolar, ao arrastar da questão, à angústia e à perda de tempo. -----*

*Por fim, esperamos que o presente Acordo seja para cumprir. Não esquecemos que a certeza jurídica trazida por este Acordo é manifestamente inferior àquela que resultaria da presença do município no Despacho da Presidência de Ministros, Finanças e Educação n.º10805/2016, de 2 de setembro. -----*

*Uma nota para referir que, apesar do nosso voto favorável ao Acordo, não esquecemos que não só o valor em causa é insuficiente para a Escola Secundária de Ermesinde, como é meramente simbólico para a Escola Secundária de Valongo e esquece outras realidades carentes no concelho, como a da Escola E.B. 2,3 de Valongo.” -----*

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à discussão o ponto **1.2 - Criação do sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do grande Porto e constituição da sociedade anónima concessionária do mesmo.** -----

A Senhora **Membro do Grupo Municipal da CDU, Joana Catarina Martins Machado**, fez a leitura de uma **Tomada de Posição** que se anexa à presente ata como **Doc.3.** -----

O Senhor **Presidente da Assembleia, Abílio José Vilas Boas Ribeiro**, colocou à votação o ponto **1.2 Criação do sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do grande Porto e constituição da sociedade anónima concessionária do mesmo**, sendo **aprovado por maioria com 26 votos a favor, 3 abstenções do Grupo Municipal da CDU e 1 abstenção do Grupo Municipal do BE.** ----

De seguida colocou à votação a **aprovação em Minuta dos pontos 1.1 e 1.2**, sendo **aprovado por unanimidade**, dando de seguida por encerrada a sessão. -----

Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser assinada. -----



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VALONGO**

O Presidente: \_\_\_\_\_

O 1º Secretário: \_\_\_\_\_

A 2ª Secretário: \_\_\_\_\_